

Um Estudo sobre o Desenvolvimento Econômico no Centro Sul Fluminense.

André Luis da Silva Baylão
andrebaylao@gmail.com
CEDERJ/FACSUM/UNITAU

Resumo: O presente trabalho procurou avaliar se a política de incentivos fiscais promovida na microrregião de Três Rios no Centro-Sul Fluminense contribuiu para o desenvolvimento econômico. O instrumento de avaliação usado foi o método usado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Nos resultados apresentados foi possível verificar a ocorrência de desenvolvimento econômico, a avaliação foi heterogênea, tanto entre os municípios quanto entre os indicadores sociais. Esta foi uma pesquisa bibliográfica e documental que buscou contribuir para os estudos do desenvolvimento econômico no Brasil.

Palavras Chave: desenvolvimento - EDUCAÇÃO - SAÚDE - Emprego & Renda -

1. Introdução

O trabalho em questão teve a intenção de avaliar as políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios, que se encontra no estado do Rio de Janeiro.

Em meados da década de 1990 foi retomada a discussão sobre o desenvolvimento econômico, contudo, havia a necessidade de se definir a forma e o modelo de desenvolvimento a respeito disso.

Vale salientar que, ao longo da História do Estado do Rio de Janeiro, foram usados modelos de desenvolvimento que geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais, como no interior do estado, onde ocorreu o esvaziamento como um grande reflexo do modelo adotado até então. O Centro-Sul Fluminense, que apresentou tal evasão, era uma das regiões que apresentava índices elevados de pobreza, além de pouca dinâmica do poder estadual.

No ano de 2006, o governo do estado do Rio de Janeiro iniciou um programa de incentivos fiscais, objetivando o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico de vários municípios, sendo que, sem uma política econômica estadual, para muitos municípios crescer economicamente seria uma tarefa difícil, face às dificuldades de atratividade para empresas e falta de investimento em infraestrutura.

No sentido da melhoria dos municípios, o estado criou o Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREM-F), com o objetivo de financiar empreendimentos geradores de emprego e renda nos setores da indústria, agroindústria, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, serviços e comércio atacadista, pois estes eram considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do estado e dos municípios abrangidos pela lei.

Para complementar o programa de incentivos fiscais através de lei, o estado do Rio de Janeiro fez uma redução no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na parte pertinente ao estado, para que as empresas instalassem unidades nos municípios Fluminenses.

Sendo assim, o trabalho em questão pretendeu avaliar os efeitos econômicos, como o crescimento e desenvolvimento econômico, na microrregião de Três Rios no Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, além disso, teve como base de pesquisa a política de incentivos fiscais e o ano de 2004.

O trabalho teve a intenção de contribuir para o debate sobre o tema proposto ao explorar a discussão da política de desenvolvimento e apresentar resultados a partir de indicadores socioeconômicos, para assim, incentivar os estudos de políticas de desenvolvimento regional.

2. Referencial teórico

2.1 Teorias do desenvolvimento regional

2.1.1 A teoria dos pólos de crescimento: F. Perroux e J. R. Boudeville

Uma determinada região pode produzir efeitos nas extremidades, sejam eles positivos ou negativos, através de suas forças. A partir deste princípio, a teoria dos pólos de crescimento pode auxiliar no entendimento da microrregião estudada, pois a composição dos municípios apresenta características heterogêneas.

Nos estudos desenvolvidos por Perrroux e Boudeville, uma unidade produtora (indústria), tem seu funcionamento distribuído espacialmente em três pontos econômicos. O primeiro ponto é a localização de seus insumos, matéria-prima e recursos humanos, e onde são estabelecidas e realizadas as relações econômicas, sendo que esse espaço poderá se deslocar a qualquer tempo. O segundo ponto se refere à constituição de centros (polos), onde as forças de atração atuarão na intenção de atrair as necessidades e/ou recursos para atender a essa organização que, ao mesmo tempo, exercerá suas forças. O terceiro ponto se refere à homogeneidade da unidade produtora com as demais unidades e as estruturas locais.

Perroux (1967), após definir o conceito de espaço econômico, trata da análise do crescimento.

O crescimento tem aspectos importantes, pois as alterações estruturais que ocorrem na economia de um país estão ligadas ao surgimento e desaparecimento de unidades produtoras. Além disso, as taxas de crescimento sofrem alteração no decorrer de determinado tempo, em função do número de unidades produtoras, e que o aparecimento de uma nova unidade produtora é decorrente de fatores como preço, mercado, demanda e políticas públicas.

Algumas empresas exerceram um papel de forças motrizes nas taxas de crescimento, pois elas utilizaram novas técnicas e processos, que teve influência positivamente na economia nacional. Um exemplo a respeito disso é a indústria automobilística no Brasil, nos anos 70 e 80, que foi a principal base de avaliação do crescimento da economia.

O aparecimento duma ou várias indústrias altera a atmosfera de uma época, cria um clima favorável ao crescimento e ao progresso [...] a novidade introduz variáveis diferentes e (ou) suplementares no horizonte econômico e nos projetos dos sujeitos econômicos e grupos de sujeitos econômicos dinâmicos: tem um efeito instabilizador. (PERROUX, 1967, p. 170).

Logo, a unidade produtora como unidade motriz ou conjunto de unidades formarão um pólo de desenvolvimento, irradiando suas forças sobre as demais unidades produtoras e a sociedade como um todo.

O crescimento e o desenvolvimento dum conjunto de territórios e de população não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do polo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento duma indústria ou duma atividade em crescimento duma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado (PERROUX, 1967, p. 194).

Portanto, é necessário um processo de transformação de toda a sociedade, no sentido de que o crescimento seja real e permanente e, além disso, que todos os elementos da região ou território presentes sejam atingidos pela contribuição e pelos resultados.

Boudeville (1970) ressalta a importância de uma política regional, para orientar e direcionar o desenvolvimento dos polos e dos centros urbanos, sendo que todas as ações deverão estar integradas com uma política nacional, buscando um equilíbrio entre as regiões e

os territórios. Além disso, ele sugere que cada um pode contribuir e centrar sua produção em fatores locais favoráveis.

Para melhor compreensão, o autor compara a relevância dos centros urbanos e as bacias fluviais no processo de integração nacional, considerando a posição estratégica (Ex: Vale do Tennessee e Vale do São Francisco). A intervenção ocorre em vários pontos com a coordenação de transportes, energia, serviços, serviços públicos, educação e saúde, sendo esse impacto condicionado à estrutura de mercado e aos coeficientes de polarização desses pontos, o que não ocorre nos países subdesenvolvidos pela ausência de políticas nacionais.

2.1.2 Desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa: a lógica G. Myrdal

A questão da dinâmica regional é analisada de forma intuitiva por Myrdal (1957). O autor procurou evidenciar as distorções econômicas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos sendo que, para isso, o instrumento utilizado foram os níveis de renda (alto para os desenvolvidos e baixos para subdesenvolvidos), incluindo a integração nacional e volume de investimento. Além disso, ele usou como referência os países desenvolvidos da Europa Ocidental e África e os países subdesenvolvidos da América Latina.

Uma observação a ser considerada foi a ocorrência de regiões estagnadas em países desenvolvidos e, em países subdesenvolvidos, a ocorrência de regiões prósperas.

As conclusões iniciais do autor foram as seguintes: número pequeno de países com economia muito favorável, e um grande número de países com economias desfavoráveis; nos países desenvolvidos o desenvolvimento econômico é contínuo, ocorrendo o inverso nos países subdesenvolvidos; nas últimas décadas ocorreu um distanciamento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e esse fenômeno também ocorreu dentro dos países nas suas regiões.

Para Myrdal (1957), a teoria econômica não dispunha de ferramentas para lidar com a situação das diferenças regionais, pois a estabilidade, somente, era insuficiente para compreender o todo da complexidade da economia. Para ele, separar fatores econômicos e não econômicos não era suficiente, pois os fatores só explicam o processo econômico.

Myrdal desenvolve a teoria explicando a dinâmica regional entre e, também, no interior dos países, utilizando o processo “causação circular cumulativa”, em que o sistema econômico se apresenta instável e desequilibrado.

Usa-se a noção de ciclo vicioso, ou seja, um processo de ações repetitivas, para explicar o processo circular e cumulativo, em que um fator negativo é considerado causa e efeito dentre outros fatores. O processo cumulativo poderá ter duas direções (positiva e negativa), e esse mesmo processo, caso não seja regulado, tenderá a aumentar as disparidades regionais.

Em um processo de causação circular é possível explicar uma série de relações sociais, tais como a saída de uma unidade produtora em determinada localidade. Assim, imediatamente alguns efeitos são percebidos, como desemprego, queda na renda e, além disso, uma retração na demanda. Nos desdobramentos dessa situação a renda *per capita* diminui e ocorre uma queda geral na demanda por produtos e serviços, ocorrendo o processo de “causação circular cumulativa” num ciclo vicioso. Caso não ocorram mudanças de fora

para dentro, ou seja, exógenas, a região terá mais declínio na sua atividade econômica e social. A mesma análise pode ser feita quando há um aumento da carga tributária sobre a produção.

Myrdal (1957) ressalta a importância da integração nacional e da sociedade organizada, pois atuações públicas contrabalançam e/ou neutralizam o funcionamento do sistema de causação circular cumulativa, diminuindo as distorções entre as regiões. Assim, a implantação de uma nova unidade produtora ou a alteração na carga tributária (redução) tem como resultado oportunidades de emprego, aumento da renda, procura por produtos e serviços, o que contribui para o aumento da atividade econômica e eleva as taxas de capitação de poupança e investimentos.

Vale salientar que o processo de causação circular cumulativa poderá e será afetado conforme as medidas políticas adotadas pelos agentes públicos (governo). Uma política nacional é, antes de tudo, um conjunto de ações que os agentes públicos utilizam para promover o crescimento e o desenvolvimento. Portanto, este plano precisa ser realizável e que não busque, apenas, alocação de recursos financeiros, já que muitos desses projetos não irão produzir lucro individual e para alguns grupos, irão contribuir para a competitividade da economia, permitindo o desenvolvimento não apenas no presente, mas também no futuro. Como resultado, deverá ocorrer o aumento da renda *per capita* e da produção, como funciona no processo de causação circular cumulativa.

É importante acrescentar que a intervenção no mercado é necessária, pois muitas regiões necessitam de ações exógenas, no sentido de superar as ações inerciais presentes, gerando forças contrárias à realidade para que se obtenha o desenvolvimento sustentado.

3. Metodologia

O trabalho em questão se trata de uma pesquisa quantitativa quanto à abordagem, bibliográfica e documental, ou seja, quanto ao objetivo, na microrregião de Três Rios na Região Centro-Sul Fluminense, nos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios, situados no estado do Rio de Janeiro. Para isso, foram utilizados dados coletados em documentos, sites governamentais e institutos oficiais de pesquisas, além de bibliotecas, prefeituras e órgãos estaduais.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu, em um primeiro estágio, no estudo teórico, nas teorias sobre o desenvolvimento. Já em um segundo estágio, no levantamento de dados em diversas fontes secundárias, tais como livros, sites governamentais e periódicos.

De acordo com Martins e Theófilo (2009), para a construção do trabalho científico, as informações, quanto à sua natureza, dados e evidências levantadas, quando empreendem uma avaliação quantitativa para a interpretação dos dados numéricos coletados, o estudioso poderá utilizar métodos e técnicas estatísticas na análise desses dados.

4. Análise do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM

4.1 Educação

A educação é um dos fatores sociais que contribuem tanto no crescimento quanto no desenvolvimento econômico. No crescimento econômico isso ocorre pelo fato da educação

ser fornecedora de um grande fator de produção, ou seja, a mão de obra, e quando há investimento, essa mão de obra se transforma em qualidade, se adequando aos avanços da tecnologia. Já no desenvolvimento econômico, isso ocorre porque a educação trará benefícios no campo da saúde, da cidadania e na participação das decisões sobre a sociedade.

Para Schultz (1962), a população terá um aumento no seu potencial de produção e de consumo na medida em que elas são beneficiadas com investimento, ou seja, para haver a manutenção do crescimento econômico e a perenidade do desenvolvimento econômico, os agentes públicos terão que destinar recursos públicos na melhoria da educação da população local.

No que diz respeito à legislação em vigor, os municípios estão obrigados a aplicarem, no mínimo, 25% dos recursos oriundos da receita de impostos e transferências constitucionais na educação, sendo que o não cumprimento da legislação terá as seguintes consequências para a gestão pública: Parecer desfavorável às contas pelo Tribunal de Contas (ou órgão competente), que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Complementar nº 64/90, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e do Estado (Lei nº 9.394/96, artigo 87, § 6º); impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/98, artigo 13, VIII); intervenção pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei nº 9.394/96, artigo 5º, § 4º); impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. (Lei Complementar nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b).

Com o intuito de atender aos critérios de aquisição, manutenção e funcionamento das instalações físicas e dos equipamentos essenciais ao ensino, a manutenção de bens e serviços, a remuneração e o aprimoramento do pessoal da educação, a aquisição do material didático, transporte e demais itens, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394/1996 MEC/2012).

Tabela 3 - IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - Educação

Ano	Estado	Rio de Janeiro	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	0,7275	0,7684	0,6862	0,7725	0,7524	0,7134	0,7484
2006	0,7135	0,7751	0,6816	0,7746	0,7602	0,6976	0,7511
2007	0,7005	0,7992	0,7025	0,7843	0,7712	0,7235	0,7464
2008	0,7292	0,8149	0,7082	0,7681	0,7634	0,7133	0,7612
2009	0,7422	0,8095	0,7003	0,7673	0,8061	0,7371	0,7737
2010	0,7690	0,8149	0,7349	0,8063	0,8400	0,7530	0,7754

Fonte: FIRJAN, 2012

A Tabela 3 a respeito do índice de desenvolvimento e qualidade da educação demonstra que o estado ficou no estágio moderado de desenvolvimento. Contudo, no ano de 2007 ocorreu uma queda de 0,0270 pontos, se recuperando em 2010 ao atingindo o nível de 0,7690, ou seja, ocorreu uma evolução. A capital do estado mostrou, no ano de 2010, um crescimento expressivo em relação a 2009, com isso recuperou o índice alcançado em 2008. Os municípios da microrregião tiveram níveis adversos: Areal, Sapucaia e Três Rios ficaram no estágio moderado (para o ano de 2010), semelhante ao nível estadual, contudo, os municípios de Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian acompanharam a trajetória da cidade do Rio de Janeiro, saindo do nível moderado e indo para alto desenvolvimento.

Tabela 4 - IFDM para Educação

LOCALIDADE	IFDM 2000	IFDM 2010	Variação
Paraíba do Sul	0,6017	0,8400	39,60 %
Areal	0,5685	0,7349	29,27 %
Comendador Levy Gasparian	0,6517	0,8063	23,72 %
Três Rios	0,6594	0,7754	17,59 %
Rio de Janeiro	0,7477	0,7690	2,84 %
Sapucaia	0,6852	0,7530	9,89 %

Fonte: FIRJAN, 2012

A variação apresentada pelo índice de desenvolvimento para educação pode ser observada na Tabela 4 e mostrou que todos os municípios da microrregião evoluíram no período de 2000 a 2010. Contudo, a diferença nos percentuais foi significativa, ou seja, não ocorreu equilíbrio.

Os municípios apresentaram o seguinte desempenho: Paraíba do Sul – apresentou a maior variação entre os municípios da microrregião com 39,60 %, saindo do grau de desenvolvimento moderado, no ano 2000, para o alto grau de desenvolvimento no ano de 2010, ocorrendo desenvolvimento; Areal – em 2000 estava classificado no grau regular de desenvolvimento, mas em 2010 evoluiu para o grau moderado de desenvolvimento, caracterizando um desenvolvimento; Comendador Levy Gasparian – estava classificado no grau moderado de desenvolvimento, evoluindo para o alto grau de desenvolvimento no ano de 2010. Obteve uma variação de 23,72 %, constituindo em desenvolvimento; Três Rios – no ano de 2000 a cidade estava enquadrada no grau moderado de desenvolvimento e continuou no grau moderado, apresentando dentre os municípios da microrregião a pior variação, crescendo apenas 2,84 %, mostrando uma estagnação; Sapucaia – estando enquadrada no grau moderado de desenvolvimento no ano 2000, sua classificação permaneceu no ano de 2010, e obteve a segunda pior variação entre os municípios da microrregião de 9,89 %, portanto, ocorreu desenvolvimento, mesmo de forma discreta.

Tabela 5 - Comparação do IFDM - Educação

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,5854	0,6850	0,6787	0,7083	0,7314	0,7506	0,7692
Areal	0,5685	0,6862	0,6816	0,7025	0,7082	0,7003	0,7349

Levy Gasparian	0,6517	0,7725	0,7749	0,7843	0,7681	0,7673	0,8063
Paraíba do Sul	0,6017	0,7524	0,7602	0,7712	0,7634	0,8061	0,8400
Sapucaia	0,6852	0,7134	0,6976	0,7235	0,7133	0,7371	0,7530
Três Rios	0,6594	0,7484	0,7511	0,7464	0,7612	0,7737	0,7754

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

O IFDM para educação foi caracterizado por uma estabilidade entre todos os municípios. As variações encontradas foram localizadas, primeiro, no município de Areal, já que no ano 2000 sua classificação era de desenvolvimento regular e no ano de 2005 evoluiu para o nível de desenvolvimento moderado, onde permaneceu até 2010.

As cidades de Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul que em 2000 estavam enquadradas no grau moderado, em 2010 evoluíram para o alto grau de desenvolvimento, demonstrando um foco da gestão municipal na educação.

De forma geral os municípios da microrregião cresceram seus investimentos públicos no setor da educação, importante ressaltar que cabe aos municípios gerenciar a educação fundamental, não incluindo investimento nas demais etapas da educação (médio e superior)

4.2 Emprego e Renda

Os conceitos de emprego e renda estão ligados quando se referem ao desenvolvimento do econômico. Na década de 1980, a Europa e mais recentemente o Brasil passaram a elaborar políticas públicas para enfrentar a questão do desemprego, passando a ter um foco definido em relação às políticas públicas de emprego e renda para redução da pobreza. Com isso, surgiram as “Políticas de Emprego” ou “Políticas de Emprego e Renda”.

Tabela 6- IFDM para Emprego e Renda

Localidade	IFDM 2000	IFDM2010	Variação
Sapucaia	0,3901	0,6155	57,78 %
Rio de Janeiro	0,6548	0,8745	33,55 %
Três Rios	0,4717	0,7248	53,65 %
Areal	0,6170	0,6170	0 %
Comendador Levy Gasparian	0,4495	0,5881	30,83 %
Paraíba do Sul	0,4406	0,4837	9,78 %

Fonte: FIRJAN, 2012

Ao analisar a Tabela 6, a respeito do IFDM para emprego e renda, é possível observar que houve uma variação significativa no município de Sapucaia, já que ele apresentou um crescimento de 57,78 %, o maior entre os municípios da microrregião e acima do índice da capital do estado. Os municípios de Três Rios e Comendador Levy Gasparian apresentaram variação positiva evidenciando que houve um aumento do nível de emprego e renda.

A evolução na classificação do grau de desenvolvimento ficou assim distribuída: Sapucaia – em 2000 estava classificada no grau de desenvolvimento baixo. No ano de 2010 atingiu o grau moderado de desenvolvimento (houve desenvolvimento – melhor desempenho entre os municípios da microrregião); Três Rios – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento regular. No ano de 2010 atingiu o grau moderado de desenvolvimento (houve desenvolvimento); Areal – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento moderado, permanecendo em 2010 no grau moderado de desenvolvimento (importante observar que no decorrer do período ocorreram variações); Comendador Levy Gasparian – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento regular. No ano de 2010 permaneceu no grau de desenvolvimento regular, contudo ocorreu uma variação positiva de 30,83 % no índice; Paraíba do Sul – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento regular e no ano de 2010 continuou no mesmo grau de desenvolvimento (houve uma variação de 9,78 %).

Ao analisar o comportamento do emprego e da renda do trabalhador, foi possível verificar o reflexo do crescimento da economia local, pois o volume de novos postos de trabalho mostrou o aumento da atividade produtiva e a renda foi uma continuidade da oferta e qualificação da mão de obra local.

Tabela 7 - Comparação do IFDM - Emprego e Renda

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,4889	0,6960	0,7642	0,7520	0,7689	0,7286	0,7914
Areal	0,6170	0,4520	0,5046	0,5770	0,3481	0,7679	0,6170
Com. Levy Gasparian	0,4495	0,8034	0,5466	0,4684	0,6191	0,4266	0,5881
Paraíba do Sul	0,4406	0,4662	0,4465	0,3789	0,4090	0,2925	0,4837
Sapucaia	0,3901	0,4428	0,4326	0,4042	0,6705	0,5816	0,6155
Três Rios	0,4717	0,4072	0,4312	0,5153	0,5553	0,6173	0,7248

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

Na Tabela 7, a respeito da comparação do IFDM para Emprego e Renda no período de 2000 a 2010, a média nacional, que no ano de 2000 estava classificada em desenvolvimento regular, em 2005 evoluiu para o desenvolvimento moderado, estabilizando neste patamar até 2010. O município de Areal, que no ano 2000 teve a classificação de desenvolvimento moderado passou para o nível de desenvolvimento regular entre 2005 a 2007, em 2008 caiu para o baixo desenvolvimento e, em 2009, saltou para a classificação de desenvolvimento moderado, em 2010 seu índice apresentou um queda de 24% , mantendo o grau moderado de desenvolvimento.

No ano 2000 a cidade de Comendador Levy Gasparian tinha um desenvolvimento regular, porém, cinco anos depois sua classificação foi de alto desenvolvimento. Nos dois anos seguintes retornou à classificação de desenvolvimento regular, no ano de 2008 evoluiu para o desenvolvimento moderado e no ano de 2009, retornou à classificação de regular,

demonstrando uma grande oscilação no setor de emprego e renda, em 2010 seu índice evoluiu 38 %, mantendo o grau regular de desenvolvimento; O município de Paraíba do Sul, entre todos os municípios da microrregião, foi a localidade onde foram encontrados os menores índices, pois a variação esteve concentrada nos níveis de desenvolvimento regular e baixo desenvolvimento, mostrando a fragilidade deste setor na cidade em questão; A cidade de Sapucaia não apresentou comportamento regular, já que no ano 2000 estava classificada no nível de baixo desenvolvimento e nos anos de 2005, 2006 e 2007 estabilizou no nível regular de desenvolvimento. No ano de 2008 a cidade obteve o melhor índice, pois ficou com a classificação de desenvolvimento moderado, mas não manteve o mesmo nível no ano de 2009, pois foi rebaixando para o nível regular de desenvolvimento, recuperando esta classificação em 2010; A cidade de Três Rios foi considerada o maior município da microrregião em número de habitantes e infraestrutura produtiva e seu grau de desenvolvimento em 2000 foi considerado regular e nos anos seguintes a situação permaneceu. Contudo, os índices mostraram uma evolução constante, e no ano de 2009 a cidade obteve a classificação de desenvolvimento moderado, em 2010 mantém a trajetória de evolução nos índices, permanece no grau moderado de desenvolvimento. Demonstrando, entre todos os municípios pesquisados, ter sido o que apresentou maior regularidade.

Em relação ao comportamento do mercado de trabalho ao final do ano de 2010, foi possível confirmar que o estado criou um total de 190.680 novos postos de trabalho (diferença entre as admissões e demissões) o que representou 13,68%. Os municípios da microrregião de Três Rios obtiveram aumento nos postos de trabalho, ficando a cidade de Três Rios com a geração de 2.017 postos de trabalho (17,36%), seguida por Paraíba do Sul com 423 novos postos (16,15%). Areal, em 2010, teve 399 novos postos, mas no ano de 2008 apresentou uma forte retração, pois perdeu 599 postos de trabalho. Numa análise direta entre os anos de 2008 e 2010, o município apresentou um déficit de 200 postos, já Comendador Levy Gasparian, no ano de 2010 apresentou uma manutenção em relação ao ano de 2008, pois criou 383 postos, o que resultou em 24,29%, o melhor percentual entre os municípios da microrregião. A criação de 305 (21,62%) postos de trabalho na cidade de Sapucaia foi considerado bom, contudo, foi apenas um parte do desempenho em 2008, quando apresentou 1.482 novos postos de trabalho. Além disso, na microrregião o total de novos postos de trabalho foi de 3.527, como pode ser visto a seguir, na Tabela 8.

Tabela 8 - Estado do Rio de Janeiro - Microrregião de Três Rios: Admissões e desligamentos - 2004 a 2010

	2004		2006		2008		2010	
	A	D	A	D	A	D	A	D
ESTADO	930.436	822.606	1.047.227	931.069	1.361.327	1.206.731	.584.744	1.394.064
Rio de Janeiro	511.620	457.047	585.408	527.190	767.412	683.265	888.567	782.091
Areal	2.058	1.647	2.072	1.710	1.380	1.979	.387	1.988
Levy Gasparian	1.886	1.168	2.380	2.304	3.028	2.646	.577	1.194
Paraíba do Sul	1.819	1.489	1.705	1.562	2.021	1.820	.620	1.197
Sapucaia	532	405	657	522	3.311	1.829	.411	1.106
Três Rios	9.082	8.218	6.209	6.095	8.566	7.881	1.616	9.595

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED

Tabela 10 - Rendimento Médio Mensal

ESTADO	QUANTIDADE SALÁRIO MÍNIMO			
	2004	2006	2008	2010
ESTADO	2,67	0,41	0,4	0,4

Rio de Janeiro	4,85	0,44	0,4	0,4
Areal	1,86	0,72	0,87	2,5
Com. Levy Gasparian	2,56	0,38	0,5	2,2
Paraíba do Sul	2,17	0,93	0,92	1,7
Sapucaia	1,83	0,81	0,92	2,1
Três Rios	2,12	0,89	0,86	1,8

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, DIEESE, 2012

O nível da renda do trabalho pode ser avaliado pelo número de salários mínimos pagos aos trabalhadores. Na Tabela 10, é possível observar essa relação na microrregião de Três Rios, na cidade do Rio de Janeiro e no Estado. Demonstrou-se que em todas as localidades existiu uma perda do número salários mínimos pagos, ou seja, existiu uma perda de renda do trabalhador, já que a redução dos valores pagos reduziu a renda. Apenas os municípios de Areal e Sapucaia obtiveram aumento da renda, contudo, esse aumento não foi significativo, pois considerando a inflação do período de 5,9% (Banco Central do Brasil, 2012), a perda foi significativa, ou seja, a riqueza gerada não chegou ao trabalhador

4.3 SAÚDE

Para que ocorra a construção de um estado de bem-estar social no país é fundamental que haja uma ampla rede de saúde, com qualidade para atender a população, que deve ser baseada no investimento pesado e com prioridade orçamentária, não sendo, apenas, uma forma de aumentar direitos e elevar as condições de vidas do povo. Essa ampliação seria também um importante impulso ao crescimento e à modernização econômica e social do país.

Tabela 11 - IFDM para Saúde

LOCALIDADE	IFDM 2000	Grau de Desenvolvimento	IFDM 2010	Grau de Desenvolvimento	Variação
Rio de Janeiro	0,7788	Moderado	0,8254	Alto	5,98 %
Sapucaia	0,6902	Moderado	0,7564	Moderado	9,59 %
Comendador Levy Gasparian	0,7834	Moderado	0,8449	Alto	7,85 %
Paraíba do Sul	0,7644	Moderado	0,8321	Alto	8,85 %
Areal	0,7700	Moderado	0,8255	Alto	7,20 %
Três Rios	0,7931	Moderado	0,8162	Alto	2,91 %

Fonte: FIRJAN, 2012

No item saúde, como pode ser observado na Tabela 11, os municípios pesquisados tiveram variação inferior a 10%, ou seja, apresentaram uma diferença entre municípios da microrregião 7,9%, quando foram analisamos com os demais itens do índice (emprego e renda e educação). Já a saúde apresentou os menores índices.

A microrregião se caracterizou pelos seguintes resultados: Sapucaia - no ano de 2000 a classificação era de grau moderado de desenvolvimento, em 2010 a classificação permaneceu, contudo, a variação no período foi de 9,59 %, demonstrando que ocorreu desenvolvimento; Comendador Levy Gasparian – estava classificado no grau moderado de desenvolvimento em 2000, em 2010 evoluiu para o alto grau de desenvolvimento, tendo um importante desenvolvimento; Paraíba do Sul – possuía uma classificação moderada em 2000, tendo crescido para o alto grau de desenvolvimento em 2010 – caracterizando um grau de desenvolvimento significativo para o município; Areal – teve uma situação desenvolvimento,

pois em 2000 estava classificada no grau moderado e sua condição evolui para o alto grau de desenvolvimento em 2010, com uma variação de 7,20 %; Três Rios – o desenvolvimento em relação à saúde foi constatada pela pequena variação de 2,91 %, pouco expressiva, comparando com os demais municípios da microrregião. O município atingiu o grau moderado em 2000 em 2010 apesar de pouca variação, atinge o alto grau de desenvolvimento.

Os gastos com a saúde no ano de 2004, em face de uma emenda constitucional promulgada pelo congresso nacional em 13 de setembro de 2000, determinando que os municípios aplicassem 15% de suas receitas oriundas dos seguintes impostos: imposto predial territorial urbano, imposto sobre transmissão de bens imóveis, imposto sobre serviços de qualquer natureza, imposto retido na fonte e os valores integrais das transferências constitucionais do fundo de participação dos municípios, imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços, imposto sobre propriedade de veículos automotores, imposto territorial urbano e do imposto sobre produtos industrializados e exportação.

Tabela 12 - Comparação do IFDM - Saúde

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,7120	0,7576	0,7699	0,7830	0,7944	0,8018	0,8091
Areal	0,7700	0,8050	0,8064	0,7700	0,7659	0,7892	0,8255
Levy Gasparian	0,7834	0,7396	0,7798	0,8110	0,8335	0,8353	0,8449
Paraíba do Sul	0,7644	0,8374	0,8288	0,8104	0,7992	0,8034	0,8321
Sapucaia	0,6902	0,7117	0,7282	0,7109	0,7419	0,7468	0,7564
Três Rios	0,7931	0,7003	0,7019	0,7300	0,7647	0,7951	0,8162

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

Como pode ser observado na Tabela 12, a saúde foi o setor onde os resultados alcançaram maior positividade em relação aos demais (emprego e renda, educação). A média nacional mostrou uma evolução constante e positiva. Em 2000 o desenvolvimento foi moderado e na sequência dos anos os indicadores foram crescentes, até chegar ao ano de 2010, quando estabiliza o alto desenvolvimento.

A cidade de Areal nos anos de 2005 e 2006 chegou ao alto grau de desenvolvimento, situação que não se manteve nos demais anos, recuperando essa a condição de alto grau de desenvolvimento somente em 2010.

No ano 2000 e nos anos de 2005 e 2006 o município de Comendador Levy Gasparian estava classificado no nível moderado de desenvolvimento, mostrando regularidade. A partir do ano de 2007 e com a mesma regularidade nos anos anteriores, sua classificação foi para o alto desenvolvimento, demonstrando objetividade na área da saúde.

O Município de Paraíba do Sul apresentou uma irregularidade entre o nível de desenvolvimento moderado e o alto desenvolvimento. Porém, em 2009 e 2010 mantém ao alto desenvolvimento.

Os Municípios de Sapucaia e Três Rios permaneceram no nível de desenvolvimento moderado, até o ano 2009, contudo em 2010 a cidade de Três Rios atinge o alto grau de desenvolvimento e Sapucaia permanece no grau moderado de desenvolvimento.

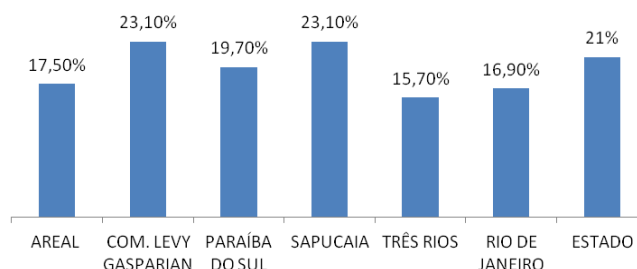
Tabela 14 - Variação dos gastos com Saúde

2005 A 2010	
MUNICÍPIOS	%
Areal	24,18%
Comendador Levy Gasparian	100,89%
Paraíba do Sul	75,40% *
Sapucaia	49,80%
Três Rios	273,78%
Rio de Janeiro	40,89%
Estado	55,38%

*A variação do município de Paraíba do Sul considerou o período de 2006 a 2010

Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2012.

Gráfico 01 - Gastos em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada: 2010



Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2012

Observando os volumes demonstrados na Tabela 14 e no Gráfico 01 é possível verificar que os municípios da microrregião de Três Rios, a capital Fluminense e o estado desenvolveram uma política de saúde. Pela variação do ano de 2005 até 2010, o município de Três Rios elevou seus gastos em 273,78%, constituindo na maior destinação de recursos para a saúde, Comendador Levy Gasparian destinou 100,89%, sendo o segundo município da microrregião. Sapucaia e Paraíba do Sul, sendo que esta não disponibilizou os dados referentes ao ano de 2005, apresentaram variação de 49,80% e 75,40%, respectivamente. O município de Areal, se comparado com os demais municípios, a capital do estado e o estado, percebe-se que ele ficou com o índice mais baixo, com isso, foi possível verificar que não existiu uma política homogeneia de saúde, pois os percentuais apresentaram grandes variações, tanto em relação aos municípios, quanto em relação ao estado.

Ao final do ano de 2010, segundo os dados disponibilizados pelo CEPERJ (2012), todos os municípios estavam adequados ao dispositivo legal, na destinação de 15% de suas receitas tributárias para o custeio da saúde.

Os municípios de Comendador Levy Gasparian e Sapucaia apresentaram um percentual de 23,10%, aumentando as despesas além do piso em 8,10%. Paraíba do Sul destinou 19,70% (+4,70%). A cidade de Areal usou 17,50% (2,50%) dos seus recursos. Já a cidade de Três Rios procurou atender a determinação legal, pois seu índice de 15,70% (+0,70%) obteve o menor percentual em relação a todos os municípios pesquisados.

Observando todos os índices apresentados, foi possível obter uma média de 19,57%, ou seja, existiu uma destinação de recursos acima das determinações constitucionais, mostrando que os gestores públicos dessas localidades, mesmo que de forma heterogênea, desenvolveram políticas de saúde, refletindo em uma melhoria da qualidade de vida da população.

Todos os dados apresentados e analisados neste capítulo, são elementos extraídos de documentos oficiais de organizações governamentais e associação de classe, que por metodologia própria, demonstram desenvolvimento econômico pela ótica da acumulação de riqueza, contudo é importante observar que o presente trabalho não mensurou a qualidade na educação, saúde, emprego e renda dos municípios pesquisados, pois o foco demonstrado foi pela relação direta entre o crescimento da economia e seus efeitos quantitativos na sociedade.

5. Conclusão

É possível concluir que, mesmo de forma desordenada, a microrregião obteve no período pesquisado (ano de 2004 ao ano de 2010) um aumento na geração de riqueza, resultado da elevação do aumento da produção de bens e serviços, ou seja, houve um crescimento econômico.

O principal indicador da ocorrência do desenvolvimento econômico foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), em todos os municípios pesquisados os indicadores de desenvolvimento variaram positivamente, ou seja, todos obtiveram desenvolvimento econômicos.

Todos os municípios apresentaram criação de emprego no período pesquisado, porém, um fato excepcional ocorre no ano de 2008, no município de Areal, quando 599 pontos de trabalho foram extintos, pelo fato de empresas terem encerrado suas atividades, já que o aumento no número de empregos sugere que houve desenvolvimento econômico. Em um contraponto da trajetória do nível de emprego, a variação no nível de renda foi considerada nula, pois o trabalhador não teve sua remuneração aumentada.

Foi possível concluir em relação à renda que os pontos de trabalho criados e ocupados pela população residente, estão na área de baixa qualificação, ou seja, não houve preocupação na formação e aprimoramento em relação à mão de obra local. Foi observado, também, que nos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian e Sapucaia a renda ficou estável e que, em Paraíba do Sul e Três Rios (maior parque industrial da microrregião), os níveis salariais retraíram, ou seja, o trabalhador teve perda de renda.

O desenvolvimento econômico ocorrido nos municípios foi pequeno, pois a renda não acompanhou os demais itens referentes à emprego, saúde e educação, fato que demonstra ser resultado da falta de uma política de emprego e renda, tanto por parte do estado como dos municípios.

Os potenciais locais não foram desenvolvidos, apenas a implantação de unidades de produção, provocando a exportação de grande parte da riqueza para centros financeiros. Além disso, o Estado apenas deu a isenção fiscal, não traçando políticas de desenvolvimento econômico, nem metas e objetivos municipais, deixando para os municípios estabelecer políticas individuais, sendo eu estes não articulam no todo da microrregião e com o estado. Portanto, as políticas de isenção fiscal são instrumentos públicos que deverão ser usados no contexto de políticas estaduais e municipais, integradas e articuladas com políticas nacionais.

É necessário e urgente que haja um aprofundamento da pesquisa sobre o desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios, no sentido de verificar a sustentabilidade do crescimento econômico e a manutenção de políticas sociais integradas entre os diversos níveis governamentais para que, assim, a sociedade local tenha participação ativa na gestão e aplicação da riqueza gerada e acumulada.

6. Referências

BARTOLI, Henri. **Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté**. Paris: UNESCO/MOST/Economica, 1999.

BOUDEVILLE, JR. **Amenagement du Territoire et Polarisation**, Paris: Libraires Techniques, 1972.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e medias empresas e desenvolvimento local. Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/IFDM/ifdm_downloads.html>. Acesso em: 28 jan. 2013.

FRANÇA, Cassio Luiz; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004; (Publicações Pólis, n. 40).

FUNDAÇÃO CEPERJ. **Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEF, I. **Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento**. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 4, p. 35-42, 2002.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A educação básica no Brasil**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores municipais de saúde**. Disponível em:

<<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **CAGED**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. Resumo das conclusões da Comissão sobre Macroeconomia e Saúde. Disponível em: <http://www.who.int/macrohealth/infocentre/advocacy/en/investir_na_saude_port.pdf>. Acesso em 02 jan. 2013.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Herber, 1967.

SILVEIRA, Caio Márcio, Sistema Ceape: **Programa de Apoio a Pequenos Empreendedores**. Cap. 7 em CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (org.). **Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SISTEMA FIRJAN. **IFDM**. Disponível em: ><http://www.firjan.org>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

SCHULTZ, Theodore W." **Reflexões sobre Investimento no homem**, " Revista de Economia Política, University of Chicago Press, 1962.